



Texto-base da terceirização é aprovado

Acordo transfere a votação dos destaques para a próxima terça-feira, quando pontos polêmicos deverão ser decididos

O Plenário aprovou, por 324 votos a 137 e 2 abstenções, o texto-base do PL 4330/04, que regulamenta contratos de terceirização no setor privado e em empresas públicas, de economia mista, suas subsidiá-

rias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Substitutivo do deputado Arthur Oliveira Maia manteve a possibilidade de terceirização em qualquer atividade. | 3

Luis Macedo



O presidente Eduardo Cunha anuncia o resultado da votação sobre a proposta, que permite a terceirização sem fazer distinção entre atividade-meio ou atividade-fim

Gabriela Korossy

Trabalhadores contestam dados oficiais da Previdência

Participantes de audiências na Câmara criticaram as MPs sobre pensão por morte e seguro-desemprego. | 4



Diretor diz que Lava Jato não impactou refinarias premium

O diretor de Abastecimento da Petrobras, Jorge Ramos, disse a deputados que o cancelamento das refinarias Premium I e II, no Nordeste, deve-se a fatores econômicos e não à Operação Lava Jato, que investiga irregularidades na estatal. | 8



LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

Procurador quer controle sobre leniência

A ideia é exigir contrapartida de empresa que faz acordo de delação premiada | 8

CCJ aprova voto de brasileiros no exterior para deputado federal

Proposta seguirá agora para análise de comissão especial; se aprovada, irá a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (7) a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 436/09, que permite aos brasileiros residentes no exterior votar para deputado federal.

O texto é de autoria do deputado Manoel Junior (PMDB-PB). Atualmente, os brasileiros que moram fora do País só podem votar para presidente da República, em zonas eleitorais distribuídas nos cinco continentes.

Relator na CCJ, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) defendeu a constitucionalidade da proposta. “Não há conflitos de conteúdo entre o pretendido pela proposta e os princípios e regras fundamentais que compõem a Constituição”, destacou.



Atualmente, brasileiros que moram em outros países só podem votar para presidente da República

O texto aprovado permite que a Justiça Eleitoral crie circunscrições extraordinárias nas representações diplomáticas (como embaixadas e consulados), a fim de possibilitar a votação no exterior.

Tramitação - A PEC será analisada agora por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, o texto terá de ser votado em dois turnos pelo Plenário da Câmara.

Tramitação - A PEC será analisada agora por uma comissão especial a ser criada especificamente para esse fim. Depois, o texto terá de ser votado em dois turnos pelo Plenário da Câmara.

Cotas para jovens nas eleições

A CCJ aprovou o PL 7292/06, que prevê cotas para jovens com até 29 anos nas eleições proporcionais, ou seja, para deputado federal, deputado estadual e vereador.

De acordo com substitutivo apresentado pelo relator, deputado Efraim Filho (DEM-PB), cada partido ou coligação deverá ter no mínimo 30% de candidatos de cada sexo e pelo menos uma vaga com candidatos jovens de até 29 anos — considerando-se atendidos os dois requisitos quando coincidirem na mesma pessoa.

A proposta inicial, de autoria da Comissão de Legislação Participativa a partir de uma sugestão do Instituto Brasileiro de Políticas da Juventude, previa cota de no mínimo 10% para candidatura de jovens até 35 anos.

Tramitação - A proposta ainda será votada pelo Plenário da Câmara.

AGENDA

QUINTA-FEIRA
9 de Abril de 2015

Comissão geral

Exposição do ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho. Plenário Ulysses Guimarães, 9h

Acesso ao SUS

A Comissão de Legislação Participativa promove seminário sobre “Acesso ao Tratamento no SUS: Barreiras e

Defasagens”. Auditório Neureu Ramos, 9h

CPI da Petrobras

A CPI ouve o depoimento do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto. Plenário 2, 9h30

Trabalho e Previdência

Audiência conjunta das comissões que analisam as MPs sobre mudanças trabalhistas e previdenciárias. Plenário 6, Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, no Senado, 9h30

Suprimento de energia

A Comissão de Minas e Energia debate suprimento de energia e seu impacto nas tarifas. Plenário 14, 14h30

Jovens negros

A CPI sobre violência contra jovens negros e pobres ouve o responsável pelo estudo Mapa da Violência. Plenário 10, 9h30

Planos do esporte

A Comissão do Esporte ouve o ministro da área, George

Hilton, sobre programas do ministério. Plenário 5, 9h30

Animais silvestres

A Comissão de Meio Ambiente discute medidas para redução de atropelamentos de animais silvestres. Plenário 8, 10h

Mulher e esporte

A Secretaria da Mulher da Câmara e a Procuradoria Especial da Mulher do Senado promovem debate sobre o tema “Mulher, esporte

e movimento”. Plenário 9, Ala Alexandre Costa, do Senado, 10h

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos faz audiência sobre os 100 dias de direitos humanos no atual governo. Plenário 11, 14h



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 55ª Legislatura

Presidente: **Eduardo Cunha (PMDB-RJ)**

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1º Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrielli (PSDB-SP)

4º Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes:
Mandetta (DEM-MS)

Gilberto Nascimento (PSC-SP)

Luiza Erundina (PSB-SP)

Ricardo Izar (PSD-SP)

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: Cleber Verde (PRB-MA)

Diretor-Executivo: Sérgio Chacon

(61) 3216-1500

secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Pedro Noletto

Coordenador de Jornalismo

Wilson Silveira

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Dourivan Lima

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
José Carlos Araújo (PSD-BA)

Corregedor parlamentar
Carlos Manato (SD-ES)

Procurador parlamentar
Claudio Cajado (DEM-BA)

Ouvidor parlamentar
Nelson Marquezelli (PTB-SP)

Coordenadora dos direitos da mulher
Dâmina Pereira (PMN-MG)

Procuradora da mulher
Elcione Barbalho (PMDB-PA)

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes)
Lúcio Vale (PR-PA)

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Sílvio Avelino**

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA)

Plenário aprova texto-base da terceirização

Proposta ainda poderá ser alterada na próxima semana, quando pontos polêmicos serão votados separadamente

O Plenário provou ontem (8) o texto-base do Projeto de Lei 4330/04, que regula os contratos de terceirização no setor privado e para as empresas públicas, de economia mista, suas subsidiárias e controladas na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e 2 abstenções.

Um acordo entre os partidos deixou a votação dos destaques para terça-feira (14), quando pontos polêmicos deverão ser decididos em votações separadas.

O substitutivo apresentado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), que relatou a matéria em Plenário, manteve a possibilidade de a terceirização ocorrer em relação a qualquer das atividades da empresa.

De acordo com o relator, o texto segue “uma linha média capaz de atender os trabalhadores, os empresários e a economia brasileira”, destacando que muito da precarização do trabalho terceirizado decorre da falta de uma regulamentação.

A pedido do Ministério da Fazenda, o relator incluiu a obrigação de a empresa contratante fazer o recolhimento antecipado de parte dos tributos devidos pela contratada. Deverão ser recolhidos 1,5% de Imposto de Renda na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária; 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 0,65% do PIS/Pasep; e 3% da Cofins.

Divergência - A discussão do projeto revelou dois argumentos: os contrários alegam que haverá precarização das relações de trabalho; enquanto os favoráveis falam em modernidade e competitividade da economia.

Hoje, a Justiça do Trabalho limita a subcontratação a áreas-meio, como limpeza, segurança e serviços especializados que não tenham relação com o objeto de empresa. A terceirização de funcionários da área-fim é considerada ilegal. Esse é o ponto mais polêmico.

Os partidos que se aliaram contra o projeto foram PT, PCdoB e Psol. Eles che-



Durante a votação, deputados do PT, do PCdoB e do Psol levantam uma faixa com críticas ao projeto

Gustavo Lima

tão foi pacificada depois que Arthur Maia aceitou uma emenda que garante aos terceirizados os mesmos direitos de acordos coletivos dos funcionários da contratante. “O sindicato será o mesmo, então, vai garantir os mesmos direitos”, disse.

Na avaliação do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), sindicatos contrários à proposta estão menos preocupados com trabalhadores e mais com o financiamento das entidades sindicais. “[A proposta] vai acabar com a categorização e com o financiamento, pelos terceirizados, de sindicatos que não lhes servem”, disse.

Prejuízo - Para a deputada Eliziane Gama (PPS-MA), o projeto precisa ser mudado para não prejudicar os trabalhadores. “Temos um histórico de violações de leis trabalhistas e, quanto mais afrouxarmos a legislação, mais suscetíveis seremos a essas violações”, avaliou.

Arthur Maia negou que o projeto piore a situação dos trabalhadores. Hoje, a terceirização é regulada por uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho. “Aqueles que criticam terceirização falam de precarização, mas a precarização decorre da falta de uma lei sobre o tema”, disse.

O líder do PT, deputado Sibá Machado (AC), citou o caso da ex-presidente da Petrobras Graça Foster, que entrou na empresa como estagiária e chegou ao topo. “A terceirização não permite isso, não permite que nenhum trabalhador possa pensar em ascensão futura, em cargos de comando.”

Para o deputado Ronaldo Fonseca (Pros-DF), o projeto é bom. “Está se querendo fazer acreditar que o projeto é precarização do direito do trabalhador, mas o que é bom para ele tem de ser bom para o empregador.”

O deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG) disse que os terceirizados são mais comprometidos com o trabalho e mais eficientes. “Quando fui prefeito, fazer concurso foi o maior erro que cometi. Todos sentiram que estavam estáveis e passaram a só cumprir horário, porque eram estáveis”, opinou.

REGRAS PARA O SERVIÇO TERCEIRIZADO

	Atualmente *	Projeto de Lei 4330/04**
Responsabilidade das empresas envolvidas	A contratante poderá ser acionada na Justiça se a contratada não pagar os direitos trabalhistas e previdenciários (responsabilidade subsidiária)	Se a contratante fiscalizar os pagamentos, a responsabilidade continua subsidiária, mas se ela não fiscalizar passa a ser solidária e a contratante pode ser acionada na Justiça juntamente com a contratada
Atividade que pode ser terceirizada	Atividade-meio da contratante	Qualquer atividade
Filiação sindical	A filiação sindical é livre, mas a Justiça trabalhista tem reconhecido a submissão do contrato de trabalho a acordos e convenções coletivas com o sindicato da atividade preponderante da contratante se a terceirização for considerada irregular ou ilegal	Os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato dos empregados da contratante apenas se o contrato de terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, garantindo os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.
Troca de empresa	Não é regulamentado. Prejuízos ao trabalhador são julgados a cada caso	Prevê que, se ocorrer troca de empresa prestadora dos serviços terceirizados com admissão de empregados da antiga contratada, os salários e direitos do contrato anterior deverão ser garantidos
Garantia	Não é regulamentado	A contratada deverá fornecer garantia de 4% do valor do contrato, limitada a 50% de um mês de faturamento
Acesso a restaurante e transporte	Não é regulamentado	Prevê que o trabalhador terceirizado terá acesso a restaurantes, transporte e atendimento ambulatorial oferecidos pela contratante aos seus próprios empregados
Recolhimento antecipado de tributos	Não há regulamentação	A contratante deverá recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada

* Não há uma lei regulamentando o assunto, apenas jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) por meio da Súmula 331, de 2003

**os deputados aprovaram o texto-base, mas não concluíram a votação do projeto. Ainda serão analisados pedidos de alterações no texto.

garam a levar faixa ao Plenário criticando o projeto.

O deputado Valmir Assunção (PT-BA) disse que a proposta vai retirar dos trabalhadores as conquistas dos

últimos 12 anos com a redução do desemprego e a valorização do salário mínimo.

“O atual projeto quer transformar os 33 milhões de empregados diretos em

terceirizados, e isso nós não queremos”, disse o deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Sindicatos - Para o deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), no entanto, a ques-

Debatedores criticam MPs sobre benefícios

Especialistas afirmam que mudanças na pensão por morte e no seguro-desemprego prejudicam os mais necessitados

Os participantes de audiências públicas que discutiram as medidas provisórias 664/14 e 665/14, que alteram as regras, respectivamente, para a pensão por morte e para o seguro-desemprego, engrossaram as críticas às duas propostas. Em ambos os casos, os argumentos do governo para adotar as medidas foram contestados.

Centrais sindicais, confederações, federações, representantes de aposentados e pensionistas disseram que a MP 664/14 é inconstitucional. Já os especialistas que debateram a MP 665/14 afirmaram que as mudanças vão prejudicar os mais necessitados. Nos dois casos, foi criticada a adoção das mudanças por meio de MPs, sem discussão com a sociedade.

Deficit - A situação da Previdência Social foi questionada. Pelos dados apresentados pelo assessor jurídico da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Guilherme Portano-



Lucio Bernardo Jr.

Sindicalistas e convidados citaram problemas nas regras para pensão por morte e seguro-desemprego

va, com base, segundo ele, em informações do Ministério da Fazenda, a Previdência Social teve superávits de R\$ 78 bilhões em 2012 e de R\$ 76 bilhões em 2013.

O secretário adjunto de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Valeir Ertle, disse que o Ministério da Previdência não move qual-

quer ação contra as empresas devedoras. Se recebesse essas dívidas, disse, o montante seria “pelo menos três vezes superior aos R\$ 18 bilhões que o governo diz que vai arrecadar com as MPs”.

Parlamentares da comissão mista que analisa a MP 664/14 fizeram coro aos sindicalistas. O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) afirmou

que a MP e o Projeto de Lei 4330/04, que regulamenta a terceirização no Brasil, “obedecem ao mesmo pensamento econômico, todas punem o trabalhador”. O deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) disse que os argumentos de trabalhadores e técnicos mostram que as MPs são desnecessárias.

Impacto - Segundo o

diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, cerca de 2 milhões de trabalhadores serão impactados diretamente pela MP 665/14. Na avaliação dele, a MP entrou em vigor logo em um período de aumento do desemprego e, conseqüentemente, vai prejudicar os mais necessitados.

Professor da Universidade de São Paulo (USP), Hélio Zylberstajn disse que a MP foi inoportuna. “Enquanto vários países usam o seguro-desemprego para evitar que a situação econômica piore, o Brasil fez o contrário.”

O presidente da comissão mista que analisa a MP 665/14, deputado Zé Geraldo (PT-PA), afirmou que as MPs serão aprovadas no Congresso, mas com “modificações profundas”. De acordo com o parlamentar, trabalhadores rurais e pescadores também estão sendo prejudicados pelas propostas do Executivo.

DISCURSOS

Hildo Rocha destaca iniciativas das gestões de Roseana Sarney no Maranhão

Em pronunciamento no Plenário, o deputado Hildo Rocha (PMDB-BA) elogiou as ações da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney.

Ele afirmou que a ex-governadora trabalhou muito para atrair empreendimentos com o programa Pró-Maranhão, citando como exemplo a fábrica de celulose da Suzano. “Inaugurada em 2014, foram investidos R\$ 6 milhões. Gerou 3.500 empregos diretos e milhares de empregos indiretos e hoje produz a metade da celulose que é exportada pelo Brasil.”

Hildo Rocha elogiou a ideia “de que investimento e emprego devem caminhar lado a lado”. O programa Maranhão Profissional, disse o parlamentar, qualificou mais de 400 mil pessoas, “o que possibilitou, entre 2009 e 2014, a criação de 171 mil postos de trabalho”.

O programa rodoviário realizado no Maranhão também foi destacado por Hildo Rocha. Segundo ele, foi o maior do estado, com a construção e reparação de 1.100 km de estradas.

O deputado criticou os ataques à gestão Roseana quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano do



Gustavo Bezerra

Rocha: defesa da gestão Roseana

estado. O parlamentar lembrou que o IDH do Maranhão em 1991 era de 0,357, considerado baixo, e que no último levantamento da ONU subiu para 0,639. Ele se queixou que a notícia divulgada à exaustão foi de que o IDH do estado era o penúltimo do Brasil, à frente de Alagoas, e não que o índice subira de baixo para médio.

Por fim, Hildo Rocha comentou a crise da segurança pública e do sistema penitenciário do Maranhão em 2013 e 2014. Ele elogiou novamente a postura da ex-governadora, que segundo disse, “não fez acordo com os bandidos, mas o enfrentamento”.

Valmir Prascidelli celebra indicadores e avanços sociais obtidos por governos do PT

O deputado Valmir Prascidelli (PT-SP) afirmou no Plenário que o Brasil “viveu nos últimos 12 anos uma revolução silenciosa, pacífica e democrática”. Segundo ele, quando o PT assumiu o poder em 2003, o País era a 15ª economia do mundo, com a inflação em 10% ao ano e a taxa de emprego acima de 12%.

Prascidelli salientou que em 2009, em meio à maior crise econômica dos últimos 80 anos, o Brasil era a 7ª economia do planeta; a taxa de desemprego anual estava em 4,8% (“a menor da história”); a média da inflação dos últimos 10 anos era de 6%; e o Produto Interno Bruto (PIB) atingia R\$ 5,5 trilhões.

“Durante os governos Lula e Dilma ocorreu uma aliança inédita entre crescimento econômico e inclusão social. Isso não é comprovado apenas por indícios, mas percorrendo as ruas. As pessoas mais pobres, hoje, têm mais acesso aos bens de consumo”, afirmou.

O deputado também avaliou o ajuste fiscal que vem sendo feito pela gestão Dilma. Segundo Hildo Rocha, “muitos são os que demoni-



Gustavo Lima

Prascidelli: defesa da gestão petista

zam a ação do governo”, mas, ressaltou, as medidas são necessárias para manter as conquistas sociais. “Isso é o que diferencia o nosso governo dos opositores. Nós queremos manter o equilíbrio fiscal e o crescimento do País”, destacou.

Prascidelli salientou ainda a importância das reformas tributária e política. Ele defendeu o fim do financiamento privado de campanha, “que é a espinha dorsal da corrupção”. O deputado criticou também a criação da terceira CPI da Petrobras, “aberta com a intenção de intensificar a luta política e não de investigar”.

MPs sobre benefícios sociais dividem opiniões

Em comissão geral sobre a Previdência, debatedores pedem aprovação de projetos que garantem direitos a aposentados

As medidas provisórias (MPs) 664/14 e 665/14, que mudam regras de concessão de benefícios como seguro-desemprego e pensão por morte, causaram polêmica na comissão geral sobre Previdência Social, ontem, no Plenário da Câmara.

O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, defendeu as medidas, afirmando que corrigem distorções, como o pagamento de pensões com base em apenas uma contribuição. Segundo ele, as medidas não estão relacionadas ao ajuste fiscal, mas já vinham sendo discutidas “com o objetivo de garantir a sustentabilidade da Previdência no futuro”. De acordo com Gabas, o brasileiro está vivendo cada vez mais e tendo menos filhos, o que pode comprometer o sistema no futuro se não forem feitas mudanças como as contidas nas MPs.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Margarida Lopes de Araújo, e a presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal, Sílvia Helena de Alencar Felismino, discordaram da afirmação do ministro de que as medidas não estão relacionadas ao ajuste fiscal. Elas disseram que o ajuste não pode ser feito à custa dos aposentados e trabalhadores. O representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Moacir Meirelles de Oliveira, por sua vez, pediu a revogação da MP 664.



Maryanna Oliveira

Gabas disse que as novas regras não têm nada a ver com a crise

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) também criticou a fala de Gabas. “O ministro é do PT e vem aqui dizer que o corte dos benefícios, essa perversidade que o governo está fazendo, nada tem a ver com o ajuste fiscal?”, questionou.

Situação - Aleluia também acusou o ministro de não dizer toda a verdade quando defendeu a saúde do sistema previdenciário. “Como assim ‘está tudo bem’ se os aposentados ganham cada vez menos?”

Gabas afirmou que não existe déficit na Previdência

Social Urbana e garantiu que o governo não pretende fazer uma reforma ampla do sistema. Ele afirmou que a Previdência teve um superávit de R\$ 33 bilhões no ano passado, mas observou que este cálculo não leva em conta o sistema de aposentadorias rural.

“Quem diz que existe um rombo na Previdência e reivindica mudanças que condicionam o benefício à contribuição de maneira direta quer a privatização do nosso modelo”, afirmou. “A previdência rural é outro sistema, baseado em outra forma de financiamento, que não é do

salário e sim o da produção rural, por meio da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e da Cofins”, acrescentou.

O ministro defendeu o modelo de previdência rural, que, segundo ele, ajuda a fixar o homem no campo e garantir o alimento na mesa dos brasileiros. O deputado Cleber Verde (PRB-MA), que propôs o debate, concordou que a aposentadoria rural ajudou a diminuir a desigualdade de renda no Brasil.

Fator - Cleber Verde ressaltou, porém, que as aposentadorias têm sido reduzidas pela aplicação do fator previdenciário – fórmula usada para calcular a aposentadoria do contribuinte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que reduz os valores pagos. “As pessoas têm o benefício diminuído em 30% a 40% pelo fator previdenciário”, explicou.

Cleber Verde pediu que os parlamentares e o governo voltem a discutir o Projeto de Lei (PL) 3299/08, que acaba com o fator previdenciário; o PL 4434/08, sobre a recomposição dos prejuízos dos aposentados ao longo dos anos; os chamados Projetos da Desaposentação (PLs 2682/07 e 3884/08), que possibilitam ao segurado renunciar à aposentadoria para obter benefício mais vantajoso posteriormente; e a PEC 555/06, que acaba com a contribuição previdenciária dos servidores aposentados. Representantes dos aposentados também pediram a aprovação dessas propostas.

POLÊMICA



Gustavo Lima

“Como assim ‘está tudo bem’ se os aposentados ganham cada vez menos?”

José Carlos Aleluia



Gustavo Lima

“Querem dizer que a Previdência é deficitária para fazer o jogo da previdência privada.”

Arnaldo Faria de Sá



Maryanna Oliveira

“As pessoas têm o benefício diminuído em 30% a 40% pelo fator previdenciário.”

Cleber Verde

Líder cita dificuldade com fator previdenciário

O líder do bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB, deputado Celso Russomanno (PRB-SP), destacou a dificuldade de a Câmara votar o fim do fator previdenciário (PL 3299/08), pois, segundo ele, a conta da Previdência Social não fecha.

“Gostaríamos de votar o fim do fator previdenciário, mas como pagar essa conta num momento de crise, em que não podemos aumen-

tar os gastos públicos, mas temos que reduzir os gastos públicos?”, questionou, durante a comissão geral sobre Previdência Social.

O ministro Carlos Gabas negou a existência de déficit na Previdência e disse que a presidente Dilma Rousseff pretende retomar o debate a respeito do fim do fator previdenciário, mas não neste momento. “Isso será feito no futuro, porque o momento agora é de crise econômi-

ca”, disse Gabas.

“Querem dizer que a Previdência é deficitária, para fazer o jogo da previdência privada”, afirmou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), defendendo o fim do fator previdenciário. “A previdência social urbana será superavitária em 2014”, completou.

Desafio - Já o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em discurso lido pelo deputado Carlos Manato (SD-ES),

destacou que, no ano passado, a Previdência apresentou déficit de R\$ 51 bilhões e que, para este ano, o déficit calculado é de R\$ 60 bilhões. “Este é um quadro extremamente preocupante”, disse.

De acordo com Cunha, o grande desafio é tornar a Previdência sustentável em longo prazo, sem cortar benefícios e ameaçar a segurança do trabalhador. “A Previdência é a mais importante política social do País”, disse.



Gabriela Korossy

“Gostaríamos de votar o fim do fator previdenciário, mas como pagar essa conta?”

Celso Russomanno

Regulamentada mediação judicial e extrajudicial

Projeto aprovado pela Câmara, que ainda volta ao Senado, visa facilitar a solução de processos e desafogar o Judiciário

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou na terça-feira o Projeto de Lei 7169/14, do Senado, que regulamenta a mediação judicial e extrajudicial como forma de solução de conflitos. Como foi aprovado em caráter conclusivo, o texto não precisará passar pelo Plenário da Câmara, exceto se houver recurso. As modificações feitas pelos deputados terão agora de ser examinadas pelos senadores.

O substitutivo do relator na CCJ, deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), define a mediação como atividade técnica exercida por pessoa imparcial, sem poder de decisão, que auxilia as partes envolvidas a encontrar soluções consensuais. O objetivo é diminuir o número de demandas judiciais.

A proposta permite ao juiz que, antes de instalar o litígio, remeta o processo à mediação judicial para que o conflito se resolva em um prazo de 60 dias, prorrogáveis apenas se houver acordo entre as partes. Ninguém será obrigado, porém, a submeter-se à iniciativa de



Proposta foi aprovada na CCJ com alterações e agora terá que voltar para a análise dos senadores

conciliação. No caso da mediação extrajudicial, o mediador disciplina como será o procedimento e não há prazo definido para sua conclusão.

Agilidade - Segundo o relator, a medida vai ajudar a desafogar o Poder Judiciário e acelerar as decisões sobre os processos. “Apesar de ninguém ser obrigado a participar da mediação ou nela

permanecer, tenho certeza de que vai haver uma mudança de cultura e as pessoas vão acreditar que essa alternativa de solução é muito mais rápida, barata e eficiente”, afirmou Zveiter.

Entre os princípios que orientam a mediação estão a imparcialidade do mediador, a isonomia entre as partes, a informalidade, a boa-fé, a

busca do consenso e a confidencialidade.

Mediadores - Pela proposta, qualquer pessoa que tenha a confiança das partes e se considere apta pode ser mediador extrajudicial. Ele não precisa integrar ou se inscrever em qualquer tipo de conselho ou associação. Já o mediador judicial (quando o caso já chegou ao Judi-

ciário) precisa ser graduado há pelo menos dois anos em curso superior e ter capacitação específica em instituição reconhecida pela Escola Nacional de Formação de Magistrados ou pelos próprios tribunais.

Os tribunais deverão ter cadastro atualizado com esses mediadores e definirão a remuneração desses profissionais, a ser paga pelas partes do processo. Ainda de acordo com o texto, o mediador será escolhido pelas partes ou, se indicado, deverá ser aceito por elas. A ele se aplicam as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz. O mediador também não deve assessorar, representar ou patrocinar qualquer parte que tenha se submetido a mediação por ele conduzida no último ano.

Também é proibido ao mediador ser árbitro ou testemunha em processos judiciais ou arbitrais (decididos por juízes privados) sobre conflito que tenha mediado. O mediador e seus assessores são equiparados a servidores públicos para efeitos da legislação penal.

PACTO FEDERATIVO

Deputados defendem compensar estados pela redução de IPI

Estados e municípios, principalmente os do Nordeste, perderam receitas com as desonerações tributárias promovidas pelo governo entre 2008 e 2012, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a produção de automóveis e de eletrodomésticos da chamada “linha branca”. Com a medida, a União deixou de arrecadar em Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados mais de R\$ 327 bilhões. Estados, Distrito Federal e municípios deixaram de receber repasses da ordem de R\$ 190 bilhões. A região Nordeste, sozinha, teve de arcar com R\$ 68 bilhões não transferidos.

As conclusões constam de relatório do Tribunal de Contas da União, divulgado no ano passado, e que foi



Deputado Júlio Cesar expôs estudo do TCU sobre perdas dos estados

tema da audiência pública da Comissão Especial do Pacto Federativo realizada na terça-feira. O levantamento do TCU foi apresentado pelo deputado Julio César (PSD-PI). Ele destacou o efeito aponta-

do no relatório que atribui à desoneração o agravamento das disparidades regionais, uma vez que o Nordeste teve redução nos repasses constitucionais, e o Sudeste, segundo ele, foi o maior

beneficiado com incentivos tributários. “O mais sacrificado foi o Nordeste, que é a segunda maior região em termos de população.”

Júlio César acrescentou que o critério e distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é um fator inverso ao da renda per capita. “Se tem a menor renda, tem maior participação. Então, o Nordeste tem mais de 50% do FPE”, avaliou.

Compensações - Para compensar a perda de mais de R\$ 190 bilhões em repasses aos estados e municípios, o vice-presidente da comissão especial do Pacto Federativo, deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), apresentou um projeto de lei. O PL 7513/14 obriga a União a destinar R\$ 190,1 bilhões a estados, municípios e ao Distrito

Federal para compensar perdas de receita decorrentes da política de desoneração adotada pelo governo federal entre os anos de 2008 e 2012.

“Quando eu vi o relatório do TCU no ano passado, corri para o gabinete e fiz um projeto de lei para o encontro de contas. Esses R\$ 190 bilhões são o início do encontro de contas da União com os estados e municípios. Os estados e municípios que devem para a União pagam todos os meses uma dívida que é impagável, com juros altíssimos. Se a União, em cinco anos, tomou 190 bilhões dos estados e municípios, coloque mais alguns anos e podemos fazer um encontro de contas: aquilo que a União tem a receber dos estados e municípios e o que eles têm desse relatório. O projeto de lei faz esse encontro de contas.”

Deputados pedem ação contra turismo sexual em 2016

Em audiência na Câmara, foi defendida a necessidade de articulação de políticas públicas nas Olimpíadas do Rio

Parlamentares e representantes do governo defenderam na terça-feira políticas públicas conjuntas para combater a exploração sexual de crianças e adolescentes durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Em debate realizado pelas comissões do Esporte; de Turismo; e de Relações Exteriores, prevaleceu o consenso de que as redes criminosas devem ser desmembradas com a atuação também em rede das instituições governamentais.

“O turismo sexual é a negação do turismo, na verdade é um crime que recentemente foi tipificado como hediondo. É um processo de dominação cruel, pois as crianças perdem sua condição de pessoa”, afirmou o coordenador da Proteção à Infância do Ministério do Turismo, Adelino Silva Neto. Ele disse que a pasta vai dar prosseguimento ao programa Turismo Sustentável e Infância, que, durante o Carnaval e a Copa, envolveu 110 mil pessoas no enfrentamento da exploração sexual.

Para o representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Marcelo Nascimento, o caminho para a erradicação do crime é a “Agenda de Convergência”, implementada pelas três esferas do governo durante a

Copa do Mundo. A política manteve, nas 12 cidades-sede, comitês voltados a ações preventivas.

Representante do Ministério da Justiça, Vitor Neves Feitosa disse que o trabalho integrado dos órgãos confere maior agilidade às tomadas de decisão. As secretarias da criança e do adolescente são parceiras das polícias militar e civil e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), informou.

“O Comitê Organizador das Olimpíadas deve tornar públicas as iniciativas de prevenção próximas ao evento.”

Deputada Erika Kokay

Fragilidade - Já o presidente da Comissão do Esporte, Márcio Marinho (PRB-BA), apontou pontos de fragilidade no combate ao crime, entre eles as redes de comunicação, as campanhas preventivas e o trabalho repressivo da polícia.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) concordou que é necessário divulgar melhor as campanhas contra exploração sexual. “O Comitê Organizador das Olimpíadas deve assumir o compromisso de tornar públicas as iniciativas de prevenção nas proximidades dos locais do evento.”



Polícia Rodoviária mapeia pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias federais

PRF faz parcerias para mapear pontos em estradas

Representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no debate, Márcia Freitas disse que a polícia tem incrementado a estratégia de combate a esse crime por meio de parcerias. Um exemplo é o Projeto Mapear, com o apoio da Childhood Brasil, da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, que mapeia pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais.

Durante as Olimpíadas, além de atuar nos centros urbanos, a PRF vai priorizar a repressão ao crime com “capilaridade” nas rodovias próximas ao evento. Segundo Márcia Freitas, a PRF foi responsável pelo resgate de mais de 4 mil crianças em situação de vulnerabilidade nas estradas.

Ela refutou a informação do deputado Marcelo Matos (PDT-RJ) de que vários postos da PRF estão fechados no Rio por falta de incentivo e

de profissionais capacitados. Matos defendeu o aumento do efetivo para atender a um evento que vai congrega mais de 200 nacionalidades.

Diretor de Relações Institucionais do Comitê Rio 2016, Agemar Sanctos ponderou que, mesmo representando grande oportunidade para o País, os jogos envolvem naturalmente riscos. Instituições como a Abin, informou, “varrerão” os mais de 200 mil credenciados para acompanhar os jogos.

ADOLESCENTES

Andre Moura presidirá comissão sobre redução da maioria penal

A comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição 171/93, que reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos, elegeram ontem, por 26 votos a favor e 1 contra, o deputado Andre Moura (PSC-SE) como presidente. Ele é autor de uma das 38 propostas que tramitam em conjunto (PEC 57/11), e propõe a redução para 16 anos. Entre as propostas pensadas há reduções ainda maiores, para 14 e 12 anos, por exemplo, ou de acordo com decisão do juiz.

Também foram eleitos os seguintes parlamentares para os demais cargos do colegiado: 1º vice-presidente, depu-

tado Efraim Filho (DEM-PB); 2º vice-presidente, deputada Margarida Salomão (PT-MG); e 3º vice-presidente, deputado Bruno Covas (PSDB-SP).

A deputada Margarida Salomão (PT-MG) venceu o deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA) por apenas um voto de diferença (14 a 13). Foi o único cargo em que houve disputa entre mais de um candidato. A proposta teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na semana passada, em meio a discussões e protestos.

Para ser aprovada pela Câmara, a PEC precisa ser votada na comissão especial e no Ple-

nário, em dois turnos, com o voto favorável de pelo menos 308 deputados.

Demanda - O presidente da

Câmara, Eduardo Cunha, que compareceu à reunião, disse que o assunto ficou “bloqueado” na Comissão de Consti-

J. Batista



Eduardo Cunha esteve na comissão, presidida por Andre Moura

tuição e Justiça e de Cidadania por quatro anos. “Pior que não deliberar é esconder o debate”, criticou. “Essa é uma demanda da sociedade, que vejo ter aceitação da maioria dos parlamentares, e não nos devemos furtar ao debate.”

Cunha afirmou que é favorável à redução da maioria penal, mas que isso não influencia a tramitação do texto. “Apesar de ser pessoalmente favorável, não quer dizer que a matéria será ou não aprovada”, disse. “Confio nos deputados, que saberão tomar a decisão certa, com base em sua representação, e a votação final precisa ser de 3/5 dos deputados”, acrescentou.

Petrobras nega relação entre Lava Jato e refinarias

Diretor da estatal reforça em audiência que cancelamento das unidades no Nordeste ocorreu por razões econômicas

A decisão da Petrobras de cancelar a construção de duas unidades de refino (Premium I, no Maranhão; e Premium II, no Ceará) não tem relação com os efeitos da Operação Lava Jato, que investiga corrupção na companhia, e foi motivada apenas por fatores econômicos. Foi o que disse ontem, em audiência pública, o diretor de Abastecimento da estatal, Jorge Celestino Ramos, em resposta à deputada Eliziane Gama (PPS-MA), coordenadora da comissão externa da Câmara que analisa a suspensão dos dois investimentos.

Ramos afirmou que o cancelamento dos dois projetos foi motivado por três fatores: a queda dos preços do mercado mundial de petróleo e refinados, que reduziu as “margens de refino” (retorno financeiro, descontado o custo das matérias-primas) e tirou a atratividade dos empreendimentos; a desistência da companhia petroquímica chinesa Sinopec, que estava negociando participação nas unidades; e a necessidade da empresa de preservar seu caixa.



A deputada Eliziane Gama questionou o diretor (D) sobre a influência da Lava Jato na suspensão das obras

Esforço - Ramos garantiu que a Petrobras “fez todo o esforço com sua equipe” para manter os investimentos, mas não foi possível diante do cenário econômico. Somente a retomada do crescimento mundial e a melhora nos preços do petróleo e dos refinados, disse, poderão levar a companhia a retomar projetos de construção de novas refinarias. “Na medida em que as margens de refino se reposicionam e

tenho financiamento, tenho mercado em expansão, posso voltar a rediscutir os projetos”, afirmou em resposta a Chico Lopes (PCdoB-CE).

Ramos calculou o prejuízo já declarado com o cancelamento da obra do Maranhão, de cerca de R\$ 2,1 bilhões, entre 1% e 2% do custo global da unidade. No total, a companhia declarou, em comunicado ao mercado, perdas de R\$ 2,7 bilhões com o encerramen-

to dos dois projetos, que se destinavam à produção de refinados como óleo diesel, gás de cozinha e querosene de aviação.

O prejuízo refere-se principalmente aos projetos e às obras de terraplenagem realizadas nos terrenos cedidos pelos governos estaduais para as usinas, que ficam nas cidades de Bacabeira (MA) e Caucaia (CE).

Devolução - O diretor de Abastecimento disse que a

Petrobras está negociando com os governos dos estados do Ceará e do Maranhão a devolução dos terrenos, e cancelando convênios que haviam sido firmados. A negociação, segundo ele, é uma exigência da legislação, pois a empresa precisa dar baixa nos ativos que não usará mais.

Jorge Ramos disse que os estados não foram avisados com antecedência porque a legislação das sociedades anônimas exige que o mercado seja informado em primeiro lugar. Isso foi feito por meio de um “fato relevante” divulgado em janeiro. “A gente entende que essa não foi a melhor forma de discutir o assunto”, reconheceu o diretor, em resposta a Werverton Rocha (PDT-MA).

Apesar da explicação, a decisão da estatal de não informar previamente os governos foi criticada por Pedro Fernandes (PTB-MA). “Isso é história para boi dormir. Ou o projeto foi mal pensado, aí a Petrobras se corrige cancelando, ou [a suspensão] foi de uma irresponsabilidade muito grande.”

Ministério Público defende controle sobre acordos de leniência

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcanti, afirmou ontem que os acordos de leniência não podem quebrar o espírito da Lei Anticorrupção, ou seja, as empresas precisam ser punidas de alguma maneira. Ele participou de audiência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara.

Os acordos de leniência são uma espécie de delação premiada voltada para as empresas. O instrumento é usado quando uma pessoa jurídica se dispõe a assumir atos irregulares para colaborar com investigações em troca de redução da punição. Cinco empresas envolvidas na Lava Jato já formalizaram pedidos para acordo de leniência na CGU: a OAS, Galvão Engenharia, Engevix e SOG Óleo e Gás, e SBM Offshore.



O representante dos procuradores (D) alertou para o risco de empresas se beneficiarem sem colaborar

Atualmente, os acordos de leniência são objetos de debate entre a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF). O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao TCU parecer no qual defende que a CGU só possa firmar acordo de leniência

com empresas investigadas na Operação Lava Jato se o MPF concordar. A Lava Jato investiga o esquema de corrupção na Petrobras.

Desconhecimento da CGU - Segundo Robalinho, muitas vezes, a CGU não tem dados sobre as investigações para discutir os acordos de leniência. “Nos casos em que, como ocorre agora

na Operação Lava Jato, há uma investigação em curso, cujas informações mais completas estão com o Ministério Público do que com a CGU, não seria possível fazer um acordo de leniência sem a presença do Ministério Público”. Isso pelo risco de que “empresas que não estão efetivamente colaborando fossem favorecidas

pelo acordo de leniência”.

O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) atribuiu a polêmica à possibilidade de esses acordos de leniência estarem preservando os interesses das empresas envolvidas em corrupção. “Como disse aqui o Ministério Público, a empresa tem que ser punida. Qual o tamanho da punição, qual o caminho que se adequa à melhor alternativa para a sociedade brasileira?”, questionou.

O deputado acrescentou que há divergências sobre essas questões, e que tinha dúvida em relação a elas. “Entendo que o Ministério Público, em alguns casos criminais, como esse aqui, deve estar presente no acordo de leniência, mas de qualquer maneira é um debate que está começando agora e há de ter um desfecho”, disse Macris.

PARTICIPAÇÕES DOS CIDADÃOS EM MARÇO CHEGAM A QUASE 1 MILHÃO

Interações da sociedade com a Câmara têm aumento de 174% em relação a fevereiro. Redução da maioria penal e Estatuto da Família são os dois temas mais procurados.

A Câmara dos Deputados registrou em março 970 mil participações da população pelos canais institucionais de interação com a sociedade. O número representa um aumento de 174% em relação ao mês anterior. O canal Enquetes (enquetes.camara.leg.br) foi o que obteve o maior aumento (205%), com 837.520 votos no total. Também ficou em primeiro lugar no ranking dos serviços mais visitados do Portal da Câmara, com 4,6 milhões de acessos em março.

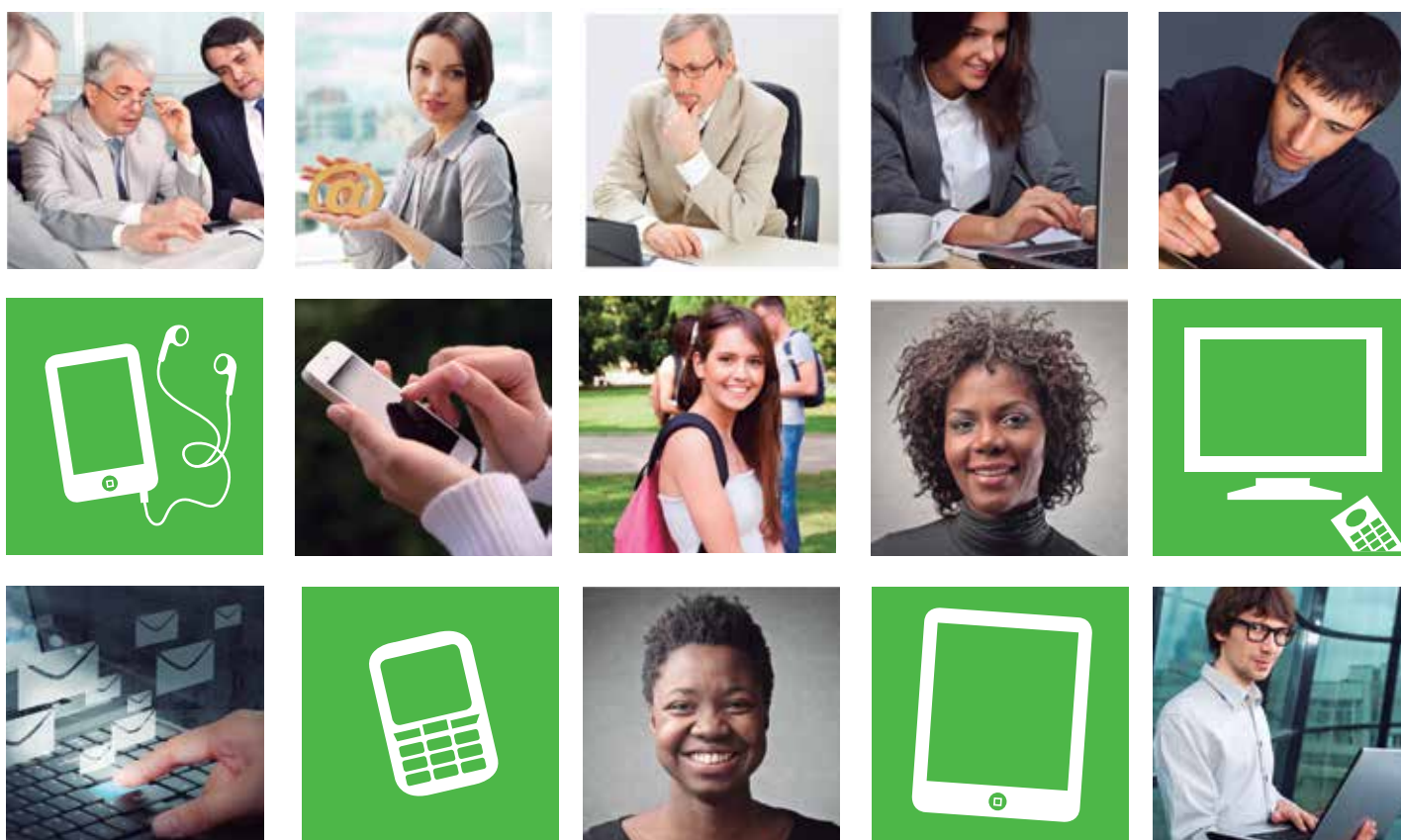
Os três assuntos mais votados no mês foram, respectivamente, o Estatuto da Família (PL 6583/13), a proposta do fim do auxílio-reclusão (PEC 304/13) e a que sugere o fim do exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (PL 5054/05 e outros), com a maioria pela aprovação do primeiro e do último, e pela rejeição do segundo tema.

O número de comentários nas notícias do Portal (noticias.camara.leg.br) também subiu 83% em março, chegando a 6.417 participações. O primeiro lugar continua com a matéria sobre a enquete do conceito de família, que, sozinha, recebeu 4.135 manifestações dos internautas. A notícia sobre a proposta de fim do exame da OAB aparece em segundo lugar em participações, seguida pela matéria sobre a enquete do fim do auxílio-reclusão.

Maioridade Penal - Nas redes sociais, tanto os perfis do Twitter da Câmara quando as fanpages no Facebook registraram aumento de cerca de 70% nas interações. O tema que mais se destacou nas duas redes foi a redução da maioria penal de 18 para 16 anos (PEC 171/93).

Essa PEC também aparece como o terceiro assunto mais citado nas manifestações encaminhadas ao Disque-Câmara pelo telefone (0800.619619) e pelo Fale Conosco do Portal (faleconosco.camara.leg.br). 79% das pessoas que entraram em contato pediram a rejeição da proposta. O primeiro lugar no ranking do Disque-Câmara continua com a redução da jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem (PL 2295/00). No mês, o total de atendimentos da Central chegou a 22.616, o que representa um aumento de 64% em relação a fevereiro.

A Coordenação de Participação Popular (CPP), da Secretaria de Comunicação Social (Secom), é responsável pela gestão e consolidação das demandas da Câmara identificadas como manifestações da sociedade. Todos os resultados dessa participação são analisados e encaminhados mensalmente aos deputados para o acompanhamento do interesse popular.



Veja no verso os resultados da participação popular em março

Cenário da interação dos cidadãos por canais de participação popular da Câmara

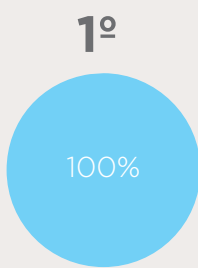


0800 E FALE CONOSCO

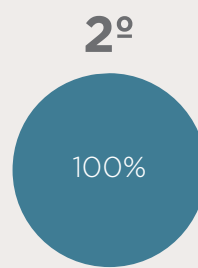
0800 619 619
faleconosco.camara.leg.br

22.616 atendimentos

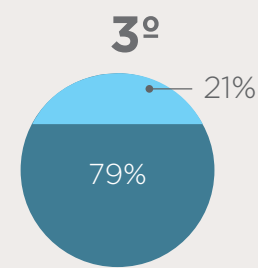
■ Favoráveis ■ Contrárias



Jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem (PL 2295/2000)



Atribuição da direção da Secretaria de Comunicação da Câmara a um deputado (PRC 11/2015)



Redução da Maioridade Penal (PEC 171/1993)



FACEBOOK

facebook.com/camaradeputados
facebook.com/agenciacamara

77.254 interações

1º

O projeto modifica o Código Penal para incluir entre os tipos de homicídio qualificado o #feminicídio, definido como o assassinato de mulher por razões de #gênero.

18.940 interações 13.160 visualizações

2º

Aprovada a admissibilidade da PEC que reduz a maioria penal.

7.054 interações 34.656 visualizações

3º

Discussão sobre redução da #maioridadepenal de 18 para 16 anos causou tumulto em audiência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

6.344 interações 225.280 visualizações



TWITTER

twitter.com/camaradeputados
twitter.com/camaranoticias

25.987 interações

1º

Afirmção de Gabrielli de que Pasadena foi um bom negócio vira piada na CPI.

272 interações

2º

Redução da maioria penal é aprovada na CCJ.

193 interações

3º

Cid Gomes se retira do Plenário da Câmara.

154 interações

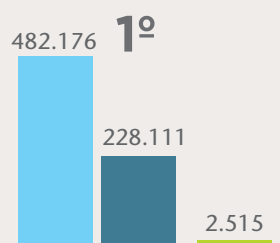


ENQUETES + VOTADAS

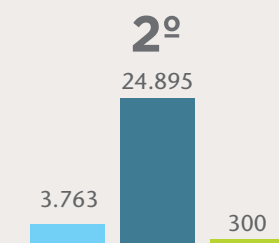
enquetes.camara.leg.br

837.520 votos

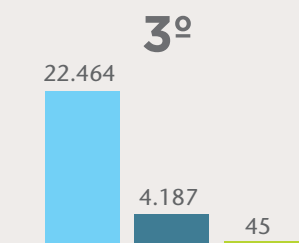
■ Sim ■ Não ■ Opinião não formada



Você concorda com a definição de família prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?



Você concorda com o fim do auxílio-reclusão e a criação de um benefício para as vítimas dos crimes?



Você é a favor do fim do exame da OAB?



MATÉRIAS + COMENTADAS

noticias.camara.leg.br

6.417 comentários

- 1º | Câmara promove enquete sobre conceito de família | 4.135 comentários
- 2º | Fim do exame da OAB tem causado polêmica em comissões e no Plenário | 472 comentários
- 3º | Fim do auxílio-reclusão é tema de nova enquete do Portal da Câmara | 117 comentários
- 4º | Mais de 3,7 mil cidadãos pedem revogação do Estatuto do Desarmamento | 91 comentários
- 5º | CCJ aprova tramitação de PEC da maioria penal | 85 comentários